

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a Emenda Constitucional de Revisão nº 5, de 1994, que reduziu o mandato presidencial de 5 para 4 anos, passaram a coincidir as eleições federais e estaduais, separadas das eleições municipais por um intervalo de dois anos.

Como resultado, os grandes temas nacionais são prejudicados pelo debate regional, pois a maioria dos eleitores se interessa mais em conhecer as propostas dos candidatos aos executivos estaduais e aos Poderes Legislativos, que tem maior proximidade com as cidades, mesmo considerando que os candidatos ao principal cargo majoritário, Presidente da República, têm maior visibilidade na mídia, numa eleição polarizada ou não.

Muitos analistas concordam sobre a necessidade de os eleitores participarem das discussões dos temas propostos pelos postulantes ao legislativo, para que disponham de maiores condições de controle sobre seus representantes e de exercer pressão mais efetiva na hora das votações congressuais, premiando ou punindo os que buscam a reeleição, de acordo com a avaliação do seu desempenho. Mas o debate dos grandes temas nacionais não pode ser colocado em segundo plano.

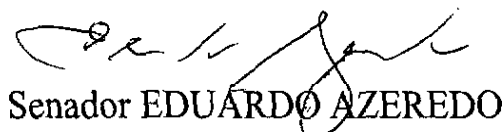
Em democracias representativas, como a nossa, fundadas em partidos e sufrágio universal, as eleições ultrapassam o sentido de uma simples manifestação de preferência entre as alternativas apresentadas, para atingirem um significado mais amplo de adesão dos cidadãos a propostas de governo e de representação, para lhes conferir legitimidade.

Para que possam participar mais ativamente da vida política, os cidadãos precisam entender melhor o que está em jogo em cada eleição. Nesse sentido, é fundamental que as eleições se realizem em dois momentos distintos, nacional e regional. Num país com as dimensões do Brasil e com as enormes diferenças regionais, essa divisão do processo eleitoral permitirá ao eleitor distinguir melhor as questões regionais (estaduais e municipais) das nacionais e dará maior efetividade ao federalismo brasileiro.

Outro ganho importante de separar as eleições nacionais das estaduais e municipais é induzir os candidatos ao legislativo a centrarem sua propaganda política na discussão das questões de interesse mais geral da população, mesmo que com um viés nacional, em lugar de se centrarem apenas em questões locais, que devem ser discutidas no pleito estadual e municipal. Efetivada essa mudança, não seria mais necessário estabelecer regras de verticalização, pois as alianças partidárias se dariam naturalmente em razão dos cargos em disputa. Obrigar os partidos a ter um único programa de alianças nas eleições nacionais, estaduais e municipais, numa federação tão heterogênea como a brasileira pode ser uma medida de poucos efeitos positivos, além de centralizadora e autoritária. Ademais, a configuração nacional dos partidos brasileiros não se repete no nível regional.

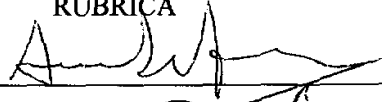
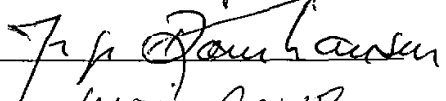

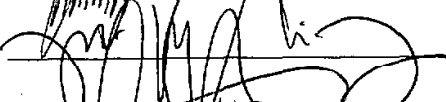

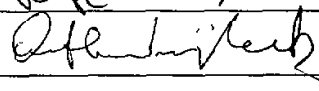

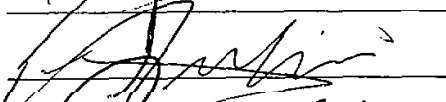
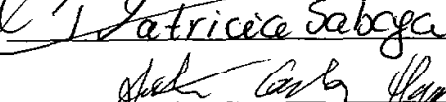
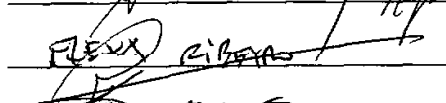
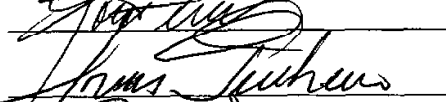


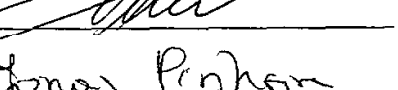
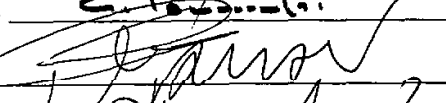
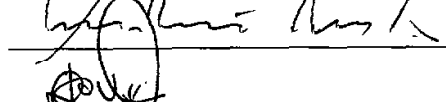
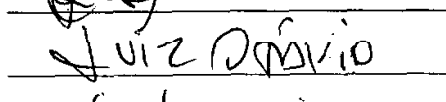
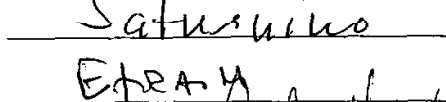
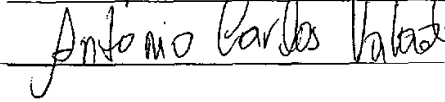
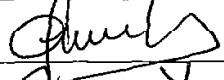
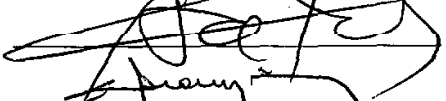
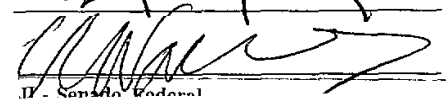
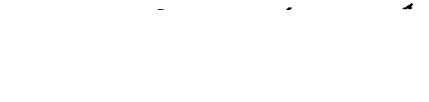
Com o objetivo de contribuir para o debate dessas questões, submete-se a presente proposta de emenda à Constituição aos membros desta Casa, na certeza de que poderão aprimorá-la, em benefício do sistema político e do processo de representação democrática.

Sala das Sessões,

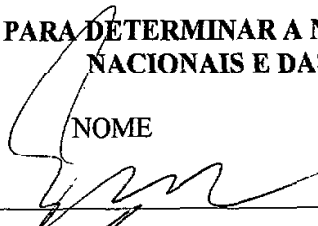
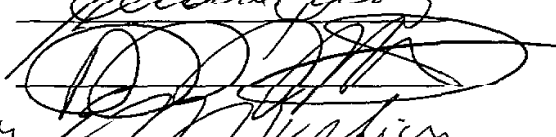

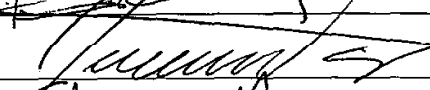


Senador EDUARDO AZEREDO

**PEC PARA DETERMINAR A NÃO-CONCIDÊNCIA DAS ELEIÇÕES
NACIONAIS E DAS ELEIÇÕES REGIONAIS**

NOME	RUBRICA
1. Sérgio Guerra	
2. José Bornhausen	
3. 	VALDIR PAUP
4. 	JOSE LOPEL
5. 	
6. 	Horacilio Fortes
7. 	Marcelo Guerra
8. 	Marcelo Coutinho
9. 	Arminio
10. Patrícia Saboga	Patrícia Saboga
11. 	Antonio Carlos Magalhães
12. FLEURY RIBEIRO	
13. 	
14. Jonas Pinheiro	Jonas Pinheiro
15. 	Rodolpho Tourinho
16. 	Rodolpho Tourinho
17. 	Leonel Ravan
18. 	MARCO MAGIEL
19. 	ROBERTO GUARACANTY
20. Luiz Otávio	
21. Saturnino	
22. ETELY	
23. Antonio Carlos Valente	

**PEC PARA DETERMINAR A NÃO-CONCIDÊNCIA DAS ELEIÇÕES
NACIONAIS E DAS ELEIÇÕES REGIONAIS**

NOME	RUBRICA
24. 	Juvenio da Fonseca
25. Cesar Borges	Cesar Borges
26. Alvaro Dias	Alvaro Dias
27. Augusto Solli	
28. Eduardo M. P. M. P.	Eduardo M. P. M. P.
29. 	Manoel Lacerda
30. 	Alton Freitas
31. Flávio Reis	Flávio Reis
32. _____	_____
33. _____	_____
34. _____	_____
35. _____	_____
36. _____	_____
37. _____	_____
38. _____	_____
39. _____	_____
40. _____	_____
41. _____	_____
42. _____	_____
43. _____	_____
44. _____	_____
45. _____	_____

EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº 5, DE 07 DE JUNHO DE 1994

Altera o art. 82 da Constituição Federal.

A Mesa do Congresso Nacional, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 3.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulga a seguinte emenda constitucional:

Art. 1.º No art. 82 fica substituída a expressão cinco anos por quatro anos.

Art. 2.º Esta Emenda Constitucional entra em vigor no dia 1.º de janeiro de 1995.

Brasília, 7 de junho de 1994.

HUMBERTO LUCENA
Presidente

ADYLSO MOTA
1º Vice-Presidente

LEVY DIAS
2º Vice-Presidente

WILSON CAMPOS
1º Secretário

NABOR JÚNIOR
2º Secretário

AÉCIO NEVES
3º Secretário

NELSON WEDEKIN
4º Secretário

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 9.6.1994

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 13/09/2006.